



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO
DE ÉTICA E DISCIPLINA DO SENADO FEDERAL**

FLÁVIO NANTES BOLSONARO, brasileiro, [REDACTED], [REDACTED], empresário, Senador da República, CPF [REDACTED], nascido em [REDACTED], com endereço para intimações no 17º andar do Anexo I do Senado Federal, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com supedâneo nos arts. 25 e 32, inc. II, do Regimento Interno, e no art. 20 da Resolução n. 20/1993, requerer a abertura de

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR
(C/C INQUÉRITO)

em face do senador da República **JORGE KAJURU REIS DA COSTA NASSER**, brasileiro, [REDACTED], nascido em [REDACTED], e-mail sen.jorgekajuru@senado.leg.br, com endereço no Gabinete 16, Ala Teotônio Vilela, Anexo II, Senado Federal, Brasília, DF, para que a Mesa declare a sua conduta incompatível com o decoro parlamentar e com a compostura pessoal, conforme passa a expor.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



I. DOS FATOS

Conforme noticiado amiúde pela imprensa falada e escrita, o Senador da República JORGE KAJURU publicou em suas redes sociais¹, no dia 12/4/2021, um vídeo no qual divulgou **a gravação clandestina – por ele realizada** – de comunicação telefônica com o Presidente da República, travada na noite do dia 11/4/2021.

No vídeo, o Senador da República JORGE KAJURU, sem justificar a estrita necessidade da divulgação, incorreu em conduta manifestamente incompatível com o decoro parlamentar e com a compostura pessoal que se espera de uma autoridade, *máxime* em assuntos de natureza sensível e em diálogo direto com o Presidente da República.

Conforme se observa no vídeo, o diálogo se refere à CPI da Pandemia, cuja instauração compulsória no Senado Federal fora requerida pelo próprio Senador da República JORGE KAJURU, e deferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal LUÍS ROBERTO BARROSO, fato que gerou notório clima de tensão institucional entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.

Diante da repercussão negativa do fato, quis o Senador da República JORGE KAJURU, de modo flagrantemente incompatível com o decoro parlamentar, e até desleal, angariar dividendos políticos expondo o diálogo com o Presidente da República, hipertrofiando, ao fim e ao cabo, ainda mais o clima de tensão institucional que domina o país, bem como maculando a imagem e a respeitabilidade deste Senado Federal.

¹ <https://www.facebook.com/kajurugoiias/videos/562137391429467/>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



II. DO DIREITO

De antemão, vale destacar que hoje é consabido predominar o entendimento de que *a escuta e a gravação telefônicas, por não constituírem interceptação telefônica em sentido estrito, não estão sujeitas à Lei 9.296/96, que regulamentou o artigo 5º, inciso XII, da Carta Magna, podendo ser utilizadas, a depender do caso concreto, como prova no processo (STJ, HC 161.053/SP).*

Interceptação telefônica (lato sensu) é o gênero. Entre as espécies estão a escuta e a gravação. A escuta é a captação de conversa telefônica por um terceiro, com o conhecimento de apenas um dos interlocutores. Já a gravação é realizada por um dos interlocutores e sem consentimento ou ciência do outro.

Interessa, no caso, a gravação telefônica clandestina, onde um dos interlocutores (Senador da República JORGE KAJURU), que não é um terceiro, grava a conversa sem o conhecimento do outro participante da conversa (Presidente da República).

Segundo GUILHERME DE SOUZA NUCCI (*in Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. 4ª ed. São Paulo: RT, 2009. p. 758/759), **não há previsão típica para a gravação e para a escuta clandestinas.**

Deveras, a Lei 9.296/96 prevê o crime de *realizar interceptação [strito sensu] de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei (art. 10)*

Esse dispositivo, para CELSO DELMANTO (*in Código Penal Comentado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 328), revogou tacitamente a última parte (*conversação telefônica entre outras pessoas*) do disposto no

Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO – Representante do Estado do Rio de Janeiro - E-mail:

sen.flaviobolsonaro@senado.leg.br

Senado Federal - Anexo I - 17º Pavimento – CEP.: 70165-900 Brasília-DF - Telefones: (61) 3303-1717/ 3303-1718





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



art. 151, §1º, inc. II, do Código Penal, segundo o qual comete crime *quem indevidamente divulga, transmite a outrem ou utiliza abusivamente comunicação telegráfica ou radioelétrica dirigida a terceiro, ou conversação telefônica entre outras pessoas.*

A Lei 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações), no tocante à violação de telecomunicação interceptada (art. 56, §1º), também foi revogada tacitamente pela Lei 9.296/96.

Porém, a citada ausência de previsão penalmente típica não significa licença para a realização de gravação clandestina e divulgação indiscriminada do seu conteúdo em mídias sociais, em especial se o teor da conversa possui o condão de causar prejuízo a terceiro – que no caso, trata-se de danos e fissuras relevantes em desfavor do Senado Federal, do Presidente da República, da própria harmonia entre os Poderes e, diga-se, em desfavor do povo, o maior interessado na normalidade institucional.

A Constituição Federal, no seu art. 5º, inc. XII, estabelece que *é inviolável o sigilo (...) das comunicações telefônicas*, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Tal proteção decorre da garantia de que *são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*, consoante prevê também o art. 5º, inc. X.

Assim, de acordo com a Carta Magna, as comunicações telefônicas somente podem ser violadas: **i)** por ordem judicial e **ii)** nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de inquérito policial





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



ou processo penal – as exceções estão no estado de defesa e no estado de sítio, conforme dispõem os arts. 136, §1º, I, c; e 139, inc. III.

Note-se que o Código Penal, acerca do crime tipificado no art. 151, §1º, inc. II, já comentado, valora negativamente a divulgação *indevida*, a transmissão e a utilização *abusiva* de comunicação telegráfica ou radioelétrica dirigida a terceiro.

Embora a conduta do Senador da República JORGE KAJURU não se amolde ao aludido crime, é ela censurável, mesmo assim, sob o aspecto ético e disciplinar, eis que, frisa-se, desacompanhada de justa causa e destinada a propósitos não autorizados em lei, pois, repita-se, quis o Senador da República JORGE KAJURU, de modo flagrantemente incompatível com o decoro parlamentar, e até desleal, apenas angariar dividendos políticos expondo o diálogo com o Presidente da República, hipertrofiando ainda mais o clima de tensão institucional que domina o país, bem como maculando a imagem e a respeitabilidade deste Senado Federal perante os membros dos demais Poderes e perante a opinião pública.

Vale ressaltar ainda que a censura à conduta do Senador da República JORGE KAJURU se faz inafastável diante da violação a um direito sagrado haurido diretamente da Constituição Federal: a liberdade individual, especialmente o sigilo das comunicações telefônicas.

O que é pior, o Senador da República JORGE KAJURU praticou o ato abusando das prerrogativas que, em verdade, não são suas, pessoais, mas inerentes à própria atividade parlamentar, de modo que deve ser o ato declarado incompatível seja com o decoro parlamentar, seja com a compostura pessoal que se espera de um Senador da República, nos termos do art. 25 do Regimento Interno desta Casa.

Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO – Representante do Estado do Rio de Janeiro - E-mail:

sen.flaviobolsonaro@senado.leg.br

Senado Federal - Anexo I - 17º Pavimento – CEP.: 70165-900 Brasília-DF - Telefones: (61) 3303-1717/ 3303-1718





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



III. DO PEDIDO

Ante ao exposto, com supedâneo nos arts. 25 e 32, inc. II, do Regimento Interno, e no art. 20 da Resolução n. 20/1993, REQUER a Vossa Excelência o recebimento da presente denúncia e instauração de procedimento disciplinar no âmbito desse Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com citação do representado, para, querendo responder e, ao final, impor-se as sanções disciplinares cabíveis.

No mesmo sentido, REQUER a esse Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no gozo de suas atribuições, oficie a Mesa Diretora para, com esteio no art. 25 do Regimento Interno, abra inquérito, submetendo o caso ao Plenário da Casa, para que esse delibere sobre os fatos narrados.

Por fim, pugna-se provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em Direito, principalmente testemunhal e documental.

Pede deferimento.

Brasília, DF, 12 de abril de 2021.

FLAVIO NANTES

BOLSONARO: [assinado]

FLÁVIO NANTES BOLSONARO

SENADOR DA REPÚBLICA

Assinado de forma digital por FLAVIO NANTES
BOLSONARO [assinado]
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=EM BRANCO,
ou=19372361000197, ou=videoconferencia, cn=FLAVIO
NANTES BOLSONARO 68701122797
Dados: 2021.04.12 16:34:22 -03'00'

